



Ata da terceira Assembleia Geral Ordinária do mandato 20/21

Lisboa, 25 de março de 2021

Ao vigésimo quinto dia do mês de março de dois mil e vinte e um, realizou-se a terceira Assembleia Geral Ordinária de Estudantes da Associação de Estudantes do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, do ano letivo 2020/2021, com início marcado para as dezassete horas e trinta minutos, de forma online na plataforma Zoom, por motivo de impossibilidade da mesma se realizar de forma presencial, devido à pandemia Covid-19 que atravessamos.

À hora marcada, não havia sido reunido quórum para dar início à ordem de trabalhos, pelo que, como previsto em convocatória, se iniciou trinta minutos após a hora marcada, ou seja, pelas dezoito horas. A Assembleia Geral de Estudantes foi presidida pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral Inês Gomes, coadjuvada pelo Vice-Presidente Tiago Luzio e pela secretária nomeada de forma ad-hoc Filipa Gomes.

A presente Assembleia Geral de Estudantes teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Apresentação, discussão e deliberação do calendário eleitoral 20/21;
3. Apresentação, discussão e deliberação do regulamento eleitoral 20/21;
4. Apresentação, discussão e deliberação relativamente à Moção do Alargamento do Acesso dos Jovens a Museus, Monumentos e Palácios Nacionais proposta pela AEISCTE-IUL;
5. Apresentação, discussão e deliberação relativamente à Moção sobre as Avaliações proposta pela estudante Daniela Fajardo, nº 93222.
6. Outros assuntos.

Após apresentação da ordem de trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, Inês Gomes, seguiu com a mesma, iniciou no ponto 1), respeitante a informações. Inês Gomes explicou que a ordem de trabalhos seria exigente e pediu que as intervenções fossem o mais breve e objetivas possível, de forma a que a Assembleia Geral decorresse da melhor forma. Explicou ainda como se iriam proceder todas as deliberações, segundo as regras redigidas em convocatória e a forma como os estudantes tinham que proceder para requerer a palavra, em todo o decorrer da



Assembleia, uma vez que não é da mesma forma que uma assembleia presencial. Foi também esclarecida a razão por que a ata da assembleia geral extraordinária anterior não constava da ordem de trabalhos e comprometimento da mesa em apresentar na assembleia seguinte e ainda a apresentação do secretário ad-hoc Filipa Gomes.

Ainda no ponto 1) Informações, após todos os esclarecimentos da mesa da assembleia geral, a presidente da direção Inês Caldeira pediu a palavra para informar do ponto de situação da AEISCTE-IUL, a qual lhe foi concedida. Inês Caldeira esclareceu que foi feita uma análise ao inquérito relativo às residências e que irão enviar os respetivos resultados à reitoria do Iscte. Informou sobre a publicação do inquérito relativo ao impacto da covid-19 e que será lançado um novo inquérito sobre as condições dos estudantes em parceria com a Federação Académica de Lisboa. Comunicou ainda as ações que a AEISCTE-IUL iria fazer relativamente ao dia da saúde mental. Informou ainda que a AEISCTE-IUL reuniu com a reitoria para tirar algumas conclusões relativamente às datas de avaliações, calendários propostos e medidas de desconfinamento e que contou com a presença de todos os núcleos, comissão de escolas e conselhos pedagógicos. Concluiu com a informação relativa à celebração do Dia do Estudante no dia anterior que contou com um vídeo sobre a história que levou a esta celebração, o envio de uma carta aberta e debate de balanço de prós e contras da abolição da propina.

Terminado este ponto de informações e sem que ninguém pedisse a palavra, Inês Gomes reforçou o pedido de não existência de mensagens paralelas no chat, salvo inscrições ou assuntos de carácter indispensável.

Não havendo mais informações a comunicar por parte da Mesa da Assembleia Geral, prosseguiu-se para o ponto 2), referente à deliberação e votação sobre o calendário eleitoral elaborado pela Comissão Eleitoral Reduzida. Inês Gomes apresentou-se a si da mesa da assembleia geral, João Montenegro do Conselho Fiscal e Rodrigo Marques da Direção como os elementos que constituem a comissão eleitoral reduzida. Inês Gomes passou a palavra ao Rodrigo Marques para que apresentasse o calendário eleitoral.

Rodrigo Marques expôs a proposta de calendário eleitoral e esclareceu todas as datas. Esclareceu que datas de campanha e debate eleitoral ainda podiam acontecer de forma presencial ou online, conforme discussão em Comissão Eleitoral Ampliada e conforme situação sanitária.

A discente Beatriz Mendes pediu a palavra para esclarecer dúvidas e fazer uma proposta que, esclareceu, não considerou alterações ao calendário mas sim propostas no sentido de as eleições acontecerem de forma presencial em contexto de regime



misto e garantir dois dias de votação em duas semanas seguidas através da solução introduzida de possibilidade de voto antecipado. Esclareceu ainda que esta proposta resolve problemas de voto online numa única data.

Inês Gomes explicou que aconteceu uma reunião entre elementos da Comissão Eleitoral Reduzida, vice-reitor Jorge Costa, elementos do gabinete informático e ainda do gabinete de qualidade do Iscte. Explicou a motivação para a decisão de voto online e todos os esclarecimentos feitos nessa reunião. Inês Gomes esclareceu que há pouca recetividade para ocorrência de processo eleitoral online e que, por isso, as duas soluções tiveram de ser procuradas e solucionadas.

Aberto o momento de intervenções, a discente Beatriz Mendes esclareceu que entendeu que calendário seria feito de acordo com o regulamento e que a sua proposta é uma tentativa de que os votos não sejam online. O discente Miguel Pinto questionou como era garantido o voto secreto, como seria garantida a transparência e como seria resolvido o acesso ao inquérito da votação em caso de estudantes com propina em atraso e fénix bloqueado ou estudantes sem computador. A discente Inês Guerreiro concordou com Beatriz Mendes e acrescenta que regulamento deve ser discutido antes do calendário pois o segundo depende do primeiro; considera que não há condições para haver votações online pois regime misto permite realização presencial, mais ainda tendo em conta que regulamento considera urnas e campanha presencial. Inês Guerreiro ainda reforça as limitações consideradas por Miguel Pinto e que se em eleições anteriores as eleições foram adiadas pelo fecho do Iscte, tal deveria voltar-se a repetir se não há condições garantidas para voto presencial. A discente Daniela Fajardo acrescentou que regulamento relativo às eleições no conselho pedagógico não permite votação que não seja presencial e questiona porque não faz o mesmo a AEISCTE-IUL; esclarece que se houver obrigatoriedade para ficar em casa, eleições devem ser adiadas. O discente Miguel Cosme acrescentou que um processo eleitoral terá sempre limitações e que entende a dificuldade em arranjar soluções para todos os problemas e concorda que Iscte não deve dar uma palavra relativamente à ação presencial ou online do processo eleitoral nem acha justo que instituição levante limitações de forma a que direitos políticos sejam suspensos; esclarece que é possível que haja eleições presenciais e em segurança sem limitar a participação democrática de estudantes com dificuldades que formato online apresenta. O discente Eduardo Cabral acredita que anonimato no processo eleitoral está salvaguardado e demonstrou a sua preocupação relativamente ao facto de, via online, ser mais fácil coagir alguém a votar com determinado propósito. Entende a escolha feita para a decisão de voto online mas esclarece para situações de coerção que estão protegidas em situação presencial. A discente Rita Rodrigues esclarece os colegas que o atraso de pagamento de propinas bloqueia apenas o currículo



dos estudantes, ou seja, as notas finais de cada UC e não bloqueia nem inquéritos, nem respostas a questionários, nem a qualquer outra funcionalidade do fénix. Apela a que quem tem esse problema que alerte os serviços informáticos pois será um erro e não algo propositado.

Findo o espaço de dúvidas relativamente ao calendário e processo eleitoral, Inês Gomes faz os esclarecimentos necessários, resultado da reunião que a comissão eleitoral reduzida teve com os demais serviços do Iscte - esclarece que se preparou processo online olhando à situação imprevisível que atravessamos, reforça que entende prós e contras, que a plataforma a utilizar seria o fénix e esclarece que é possível definir um inquérito semelhante aos boletins de voto e as várias possibilidades de voto. Esclarece que desenvolvimento desta funcionalidade tem em conta a garantia de anonimato, a representatividade estudantil correspondente aos cadernos eleitorais, acesso por parte da CEA a monitorização dos alunos que acedem ao questionário, não conhecimento da relação estudante-voto garantindo idoneidade do processo, possibilidade de garantir horário de votação limitado. Inês Gomes esclarece que não há forma de garantir que aluno que voto é efetivamente o portador daquela password e que o não acesso a internet/computador/fénix não é visto como uma limitação no processo uma vez que CEA estará presencialmente disponível para fornecer e que fénix não fica bloqueado. Finalmente, Inês Gomes deixou claro que haverá um momento de testagem do questionário com todos os elementos da CEA.

Miguel Cosme questionou CER se a campanha será também online se o voto for online ou se há possibilidade de ser presencial e questionou a possibilidade e credenciais serem dadas a terceiros e alguém votar de forma alheia e a possibilidade de voto ser considerado como voto por correspondência. A discente Daniela Fajardo questionou a capacidade da plataforma e como resolver em caso de falha. Eduardo Cabral quis esclarecer a sua intervenção anterior no sentido de que a sua preocupação se baseia mais na possibilidade de coação e/ou pressão social e não problemas de roubo de identidade. Beatriz Mendes reforçou as suas reservas relativamente a quais os argumentos do Iscte enquanto instituição para que considerasse tão importante a preparação do processo online e questionou quais os argumentos que partiram da reitoria. Miguel Pinto lembrou que nas eleições anteriores não houve eleições por não haver estudantes no Iscte. Inês Guerreiro reforça o facto de não entender porque é que o processo eleitoral deve ser online em regime misto, considera que processo eleitoral presencial promove envolvimento dos estudantes e que devem ser encontradas soluções para envolver os estudantes no processo presencial e não privilegiando online. Rodrigo Marques, elemento da CER, defende que número de alunos com as limitações referenciadas não é significativo e que a situação é imprevisível e que se procurou



solução para ambos os cenários. Inês Gomes reforça que equipa informática estará disponível para problemas informáticos que surjam. A discente Beatriz Mendes reforça que deve ser garantido que processo aconteça de forma presencial ou deverá ser adiado. O estudante João Montenegro, da Comissão Eleitoral, destaca para o cenário não otimista e considera que deve ser tida em conta quer a opinião do Iscte, quer as normas da DGS de carácter imprevisível. Inês Guerreiro volta a intervir e demonstra indignação sobre a forma como comissão eleitoral reduzida preparou o processo e reforçou as opiniões dadas anteriormente por si e Beatriz Mendes. Miguel Pinto questiona o porquê de haver reservas em adiar as eleições ou aceitar a proposta de voto antecipado.

Inês Gomes declarou pausa de 10 minutos para CER discutir uma alteração à própria proposta. Suspendeu a assembleia às 18h49 e retomou às 19h07. Inês Gomes propõe alterar a ordem de trabalhos de forma a deliberar sobre o regulamento em primeiro lugar e depois retomar o calendário.

O discente Miguel Pinto questiona se a votação será entre dois calendários em regime presencial.

João Montenegro expõe alteração ao calendário proposto pela CER destacando o facto de se situação impedir regime presencial haverá uma assembleia extraordinária para transição para regime online. Inês Guerreiro lembra que dia 17 de maio já não haverá aulas para alguns cursos.

Por não haver mais intervenções, procedeu-se à deliberação relativamente à alteração da ordem de trabalhos, tendo sido auferidos, para a troca entre os pontos 2) e 3), 63 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções, totalizando 73 membros votantes.

Finda esta votação, procedeu-se à deliberação e discussão do regulamento eleitoral correspondente ao ponto 3) da ordem de trabalhos original. Inês Gomes esclarece que foram recebidas propostas de alteração por parte da AEISCTE-IUL, através do e-mail da MAG, as quais puderam ser discutidas em CER e aceites, pelo que se iria deliberar sobre esse documento, por serem alterações que fazem todo sentido face à possibilidade de regime online. Inês Gomes esclareceu ainda que a CER quer acrescentar um ponto que salvguarde a existência de uma Assembleia Geral Extraordinária para aprovação de voto online, em caso de necessidade.

O discente Eduardo Cabral questionou se caso não fosse presencial, seria online ou adiado ao qual a presidente da mesa respondeu que seria online. A discente Beatriz Mendes agradeceu a recetividade por parte da CER mas levanta algumas dúvidas sobre se seria possível adiar ou quem definiria a impossibilidade presencial. João Montenegro



relembra que não seria razoável nem prudente adiar e que não é a CER quem decide que não é permitida eleição presencial, mas o Iscte e a DGS. A discente Inês Guerreiro questiona razões da mesa para justificar a proposta e reforça que apenas se deverão realizar eleições caso haja condições para as realizar de forma presencial. O discente Vasco Trindade perguntou o porquê de alguns intervenientes fazerem comparações com eleições passadas pois foram circunstâncias surpresas e este não pode arranjar-se soluções. O estudante Miguel Pinto considera a situação igual e que estão também a ser levantados prolemas nesse sentido. Rodrigo Marques alerta que pelo facto de não haver certezas é que a CER está a incluir todas as hipóteses possíveis. Miguel Pinto lembra que conselho geral adiou eleições e sugere que AEISCTE-IUL faça o mesmo.

A presidente da mesa Inês Gomes mantém a proposta relativamente ao regulamento eleitoral e pediu uma pequena pausa para terminar o documento de forma a salvaguardar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, mas que não salvaguardariam a hipótese de adiamento. A discente Inês Guerreiro perguntou se votariam no documento na sua totalidade ao qual Inês Gomes respondeu de forma positiva e, não havendo mais alterações ao documento, passou-se à deliberação.

Para o regulamento eleitoral proposto pela CER, foram auferidos 44 votos a favor, 18 contra e 6 direitos de abstenção, totalizando 68 membros votantes, tendo sido o documento aprovado.

Finda esta votação, procedeu-se à deliberação calendário eleitoral. O discente Rodrigo Correia perguntou se era possível colocar as propostas uma ao lado da outra o qual Inês Gomes respondeu de forma positiva.

Após uma pausa de 15 minutos para breves alterações por parte da CER ao calendário eleitoral, Rodrigo Marques apresentou a proposta. Após dados alguns minutos de análise a ambas as propostas, com esclarecimentos de Inês Gomes e Beatriz Mendes relativamente a cada uma e sem mais intervenções passou-se à deliberação.

Relativamente às propostas de calendário eleitoral, tendo em conta que proposta A se refere à proposta colocada pela CER e que proposta B se refere à proposta de Beatriz Mendes, foram auferidos 38 votos a favor da proposta A, 19 votos a favor da proposta B e 7 direitos de abstenção, totalizando 64 membros votantes e aprovação da proposta A.

Finda esta deliberação, passou-se ao ponto 4) da ordem de trabalhos relativa à apresentação, discussão e deliberação relativamente à Moção do Alargamento do Acesso dos Jovens a Museus, Monumentos e Palácios Nacionais proposta pela AEISCTE-



IUL. Após a apresentação do documento por parte dos estudantes Bernardo Gouveia e Eduardo Cabral, e sem que mais ninguém quisesse intervir, passou-se à deliberação.

Para esta moção proposta pela AEISCTE-IUL, foram auferidos 56 votos a favor, 0 votos contra e 5 direitos de abstenção, totalizando 61 membros votantes, tendo sido o documento aprovado.

Finda esta deliberação, passou-se para o ponto 5) da ordem de trabalhos correspondente à Moção das Avaliações proposta pela estudante Daniela Fajardo. Foi-lhe dada a palavra para que pudesse explicar o documento que levou a assembleia geral.

Após a apresentação, Inês Caldeira pediu a palavra e questionou a que contexto temporal a moção se refere ao que Daniela Fajardo esclareceu ser relativamente à época de exames. Inês Caldeira esclareceu que as datas são discutidas em conselho de ano, que estejamos em situação pandémica, quer estejamos em situação normal e que possibilidade de avaliação contínua ou exames é uma questão que parte do Iscte/reitoria e que alunos têm palavra neste processo. Inês Caldeira expôs a suas dúvidas como a concentração das aulas nos últimos dias e refere que em reunião com os núcleos, esse problema não foi levantado, pelo que a haver problemas foi falta de comunicação com os núcleos. Relativamente à taxa de 10€ paga para o acesso a melhorias de UCs, Inês Caldeira refere que em reunião com os núcleos, todos concordaram em diminuir o valor ou transformar em caução por compreenderem que a sua abolição não é justa pelo facto de muitos alunos se terem inscrito gratuitamente e depois não comparecerem, gerando desperdícios como a impressão de excesso de exames.

A discente Daniela Fajardo reforça que esta questão é sobre o estrutural e o concreto e que nesta fase, mesmo estando em casa, as coisas não podem ser feitas todas sobrepostas. Valorização da avaliação contínua importante pois em determinada UC não lhe foi permitido fazer e que, por isso, continua a ter uma UC por concluir porque a cadeira era obrigatoriamente por exame, que foi cancelado com o fecho das universidades. Problema grave de avaliação não concluída. Reforça que não é saudável que os exames sejam seguidos e que tal foi possível graças a flexibilidade dos professores. Sobre a taxa, não é justo que para melhoria se deva pagar taxas e emolumentos caros, que não devam existir.

Inês Caldeira reforça que esclareceram a reitoria que caução não resolve tudo e que também falaram da questão dos bolseiros para que houvesse a ponte com serviços de ação social. Inês Caldeira reforça que reuniu com núcleos e que não foi reportado por



parte dos núcleos o problema colocado sobre as avaliações. Questionou que solução seria encontrada, a dois meses do fim do semestre, para aumentar momentos de avaliação e voltar a reunir conselhos de ano para voltar atrás nas decisões que acabaram de ser tomadas.

A discente Sara Mourisco agradeceu a apresentação da moção devido à grande incerteza que atravessamos segundo as avaliações e expõe as dificuldades familiares que tem e que 10€ como taxa para segunda fase são um encargo financeiro muito grande. Relata ainda uma experiência de um exame que fez sem qualquer segurança na distância entre colegas.

Rebeca Paiva sente que há questões importantes, mas que são misturadas algumas questões e solidariza-se com a causa. Questionou como se evita o pagamento dessa taxa ou que soluções encontra para expor ao Iscte se a experiência que teve aponta para salas vazias, exames impressos e material de desinfeção gasto para proporcionar todas as condições.

A estudante Inês Guerreiro falou da sua realidade e moção não elimina possibilidade de estudantes de irem a exame mas sim avaliação contínua deve ser tida com maior atenção pois a avaliação não deve apenas depender de um momento que define a nota de uma UC total. Ainda, colegas que não puderam fazer exame para melhorar estão prejudicados. Lembra que reforço do financiamento do ensino superior é uma solução óbvia para a questão de pagamentos de taxas e emolumentos.

A estudante Tatiana Neves concorda com posição que Inês Caldeira explicou e com posição que AEISCTE-IUL está a tomar, mas realça ponto de flexibilidade com outras entidades, não só estudantes como professores e reitoria. Demonstrou desagrado quanto aos valores de taxas e emolumentos e sugeriu a penalidade para quem não comparece aos momentos de avaliação, como multas na secção das propinas.

A estudante Beatriz Mendes pede a palavra para questões de avaliação contínua e a concentração de aulas e avaliações e refere que delegados tentaram alterações de aulas, mas houve alguma angústia pelo peso de cada exame na avaliação. Sabe que a solução que os estudantes arranjaram foi discutida, mas não é ideal devido às decisões tomadas superiormente. Sobre a valorização da avaliação contínua é uma questão estrutural e tem de ser pensado a longo prazo e sugere que no imediato sejam valorizados com maior peso os elementos de avaliação que já estão marcados e que em contexto online valorização superior dos conhecimentos e menos no combate à fraude.

A estudante Inês Caldeira acrescenta que este semestre teve conselhos de ano e tomadas de decisão mais tardias para evitar muitas alterações indesejadas e que se terá



de agir se houver alterações repentinas. Sobre segurança e higiene, esclarece a AEISCTE-IUL, que reportou diariamente na primeira fase situações irregulares e permaneceu em contacto constante com a reitoria e não obteve respostas em tempo útil e demonstraram o seu desagrado. Inês Caldeira realça que não é contra valorização de avaliação contínua, mas estando a falar de uma moção que inicia com novas datas após o confinamento, questiona se a proposta é especificamente para os elementos de avaliação nesta situação atual ou se é uma proposta para dar continuidade em qualquer contexto. Relativamente a proposta de Tatiana, Inês Caldeira mostrou-se recetiva por ser uma ação fácil de operacionalizar para o Iscte. Questiona a proposta a curto prazo relativamente a uma solução para processos de avaliação e cada proposta deve ser feita consoante o contexto.

O discente Pedro Henriques ressalva que a respeito de as condições de segurança serem totalmente salvaguardadas, que impacto têm no encerramento das cantinas as medidas de higiene e segurança pois estaria à vista de todos que essa situação não era salvaguardada e a respeito do desagrado perante a reitoria, acredita que a AEISCTE-IUL por si só terá menor impacto do que se procurasse envolver os estudantes nesses problemas e defesa dos seus direitos que afetam todos.

Daniela Fajardo conclui salvaguardando que não veio trazer uma solução aos problemas duradouros do Iscte nem alterações a Bolonha, mas que AE deveria valorizar a avaliação contínua como questão principal da sua proposta adaptada a cada realidade de cada curso. Sobre a taxa, uma penalidade não seria solução, mas sim o reforço no financiamento do ensino superior pois cada estudante deve ter acesso livre a educação gratuita. Daniela Fajardo terminou reforçando que se trata de uma moção do presente para o futuro e que procura acesso gratuito a avaliações de segunda fase e época especial, uma tomada de posição que deveria ser marcada pela AEISCTE-IUL.

Após o envio de algumas propostas de alteração a alguns pontos do documento por parte da direção da AEISCTE-IUL, a presidente da mesa Inês Gomes decidiu que Daniela Fajardo tem o direito de avaliar as propostas feitas, aceitar ou não e que a deliberação seria feita como documento por inteiro, após a análise por Daniela Fajardo. Inês Gomes expôs para todos os presentes as alterações propostas e suspendeu durante 10 minutos.

A assembleia geral foi retomada pelas 21h58 e Daniela Fajardo apresentou as alterações aceites ao seu documento e passou-se à deliberação do documento como um todo.



AEISCTE-IUL

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO ISCTE-IUL

Foram auferidos, para a moção sobre as avaliações apresentada por Daniela Fajardo, 17 votos a favor, 33 votos contra e 9 direitos de abstenção, tendo sido reprovado o documento proposto.

Após esta deliberação, passou-se ao último ponto da ordem de trabalhos, no qual a mesa da assembleia geral não tinha assuntos a acrescentar. O estudante Vasco Trindade pediu a palavra e saudou a mesa da assembleia geral pelo esforço e capacidade para de adaptar à nova modalidade de assembleias online e mencionou que sente a falta de respeito por parte de elementos da audiência ao enviar sucessivas mensagens no chat, mesmo após esse pedido, reforçando que se torna injusto para todos os presentes e para aqueles que respeitam as regras.

Não existindo mais intervenções por parte dos estudantes presentes, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por terminada a Assembleia Geral de Estudantes Ordinária, pelas vinte e duas horas e dez minutos.

Pela Mesa da Assembleia Geral de Estudantes

(Inês Gomes)